

de Direito Interno do Departamento de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, considerando-se as candidaturas entretanto recebidas.

«Aviso n.º 26065/2007

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso na bolsa de emprego público, procedimento concursal externo para provimento do cargo de Director de Serviços de Direito Interno, a que se refere o artigo 19.º, al. b), do Decreto-Lei n.º 117/07, de 27 de Abril e o artigo 13.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril.

2 — Com excepção do vínculo à função pública, são requisitos legais de provimento os constantes do n.º 1 do artigo 20.º, aplicáveis por remissão do n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — Perfil exigido:

- a.) estar habilitado com licenciatura em Direito;
- b.) possuir bons conhecimentos e experiência comprovada na área das atribuições do Departamento de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros definidas nos artigos 12.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril e, em especial, das competências da Direcção de Serviços de Direito Interno fixadas no artigo 13.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril;
- c.) deter, pelo menos, seis anos de experiência profissional efectiva de contencioso, sobretudo, administrativo mas também, laboral.

4 — Métodos de selecção: cumulativamente, avaliação curricular e entrevista pública.

5 — Composição do júri:

Presidente — Dr. Luís Serradas Tavares, Director do Departamento de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Vogais efectivos:

1.º Dr.ª Rosa Batoréu, Subdirectora do Departamento Geral de Administração da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2.º Prof.ª Doutora Margarida Salema d'Oliveira Martins, professora auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e professora associada da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa.

6 — Formalização das candidaturas — deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado no n.º 1 e formalizadas em requerimento datado e assinado, dirigido ao Director do Departamento de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dele constando a identificação completa do candidato (nome, filiação, naturalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência e código postal).

6.1 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes e, bem assim, da formação profissional detida, comprovada por declaração emitida pelas entidades promotoras das acções em causa;

b) Cópia do certificado de habilitações literárias;

c) Outros elementos instrutórios do *curriculum vitae*, considerados adequados pelo candidato.

7 — Os requerimentos de admissão ao concurso e documentação anexa deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, dentro do prazo fixado no n.º 1 do presente aviso, ao Departamento de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral, Ministério dos Negócios Estrangeiros, sito no Largo das Necessidades, 1399-030 Lisboa.

12 de Dezembro de 2007. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves*.

27 de Fevereiro de 2008. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves*.

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Despacho (extracto) n.º 7383/2008

Por despacho de 28 de Fevereiro de 2008 do Director-Geral dos Assuntos Europeus:

José Manuel Gomes da Silva Garcia, assessor do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, promovido nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da lei n.º 10/2004, de 22 de Março, na categoria de assessor principal do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir de 06 de Março de 2007.

28 de Fevereiro de 2008. — O Chefe de Repartição, *Carlos Paulo*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho n.º 7384/2008

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD, I. P.), através de Aviso publicitado, respectivamente, no *Diário da República* n.º 216, 2.ª série, de 9 de Novembro; no jornal “Diário de Notícias”, do dia 15 de Novembro e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 14 de Novembro, com o código de oferta n.º OE200711/0251, todos do ano de 2007, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de director de serviços da Direcção de Serviços de Gestão, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P., estabelecido no artigo 6.º, dos Estatutos deste Instituto, aprovados pela Portaria n.º 510/2007, de 30 de Abril, em conjugação com as competências expressas no n.º 1, do artigo 8.º, da citada Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado, artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela lei 51/2005, a escolha recaiu na candidata, Mestre Olga Cristina Pacheco Silveira, por se considerar que reunia as condições mais adequadas ao desempenho do cargo a prover, porquanto, demonstrou, inequivocamente, possuir as melhores condições técnicas para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica para a qual foi aberto o mencionado procedimento, em virtude de ser detentora duma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito da coordenação das actividades relativas à administração e gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, assegurar a logística documental e gestão da informação e deter experiência comprovada no exercício de funções dirigentes, nomeadamente, na área do lugar a prover.

3 — Saliente-se, ainda, que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para o desempenho do cargo para o qual foi aberto o respectivo procedimento.

4 — Nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 dos citados artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a Mestre Olga Cristina Pacheco Silveira, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, no cargo de directora de serviços, da Direcção de Serviços de Gestão do IPAD, I. P., com efeitos reportados ao dia 15 de Fevereiro de 2008.

5 — Anexa-se nota relativa ao curriculum académico e profissional do nomeado.

25 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, *Augusto Manuel Correia*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Olga Cristina Pacheco Silveira
Data de nascimento — 24 de Fevereiro de 1970
Nacionalidade — Portuguesa
Habilitações académicas:

Mestrado em Gestão — “Master of Business Administration” (MBA), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Dissertação subordinada ao tema: “Da adopção da contabilidade digráfica na Administração Pública Portuguesa: seus antecedentes e perspectivas futuras”, 2000.

Curso de Estudos Superiores Especializados em “Contabilidade e Administração Fiscal”, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), 1997.

Licenciatura em “Auditoria Contabilística”, ISCAL, 1994;